Da escravidão à imprensa: a trajetória da nordestina Joanna Maria do Rozario Costa (1828–1891)

From slavery to the printing press: the trajectory of Joanna Maria do Rozario Costa (1828–1891), a woman from northeastern Brazil

Aldenize da Silva Ladislau
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
João Pessoa, PB
denize.silva2015@hotmail.com
https://orcid.org/0009-0000-4003-9055

Recebido em: 17 de abril de 2026
Aceito em: 22 de julho de 2026

Resumo:

A capital da Província da Parahyba do Norte foi local de uma experiência subversiva conduzida por Joanna Maria do Rozario Costa. Ela que nasceu escravizada, após o falecimento do companheiro, o tipógrafo José Rodrigues da Costa, se torna uma das principais administradoras dos negócios da produção de impressos, inclusive de jornais. Assim, a partir da sua trajetória pretende-se investigar a atuação na direção do periódico O Publicador que circulou na segunda metade do século XIX, bem como sua administração como co-proprietária da Tipografia deixada como herança aos seus filhos. Para tanto, será feito um cruzamento de dados obtidos nas fontes: jornais, registros de batismo e óbito e processos judiciais. O referencial teórico utilizado trata da presença das mulheres na imprensa do século XIX, a partir dos estudos da História Cultural, das Mulheres e Imprensa. São de grande utilidade as pesquisas de Constância Duarte (2017), Socorro Barbosa (2009), e Thayná Peixoto (2023), que trabalham os impressos como fonte e/ou objeto de estudo.

Palavras-chave: Mulheres. Imprensa. Século XIX.

Abstract:

The capital of the Province of Parahyba do Norte was the site of a subversive experiment led by Joanna Maria do Rozario Costa. Born into slavery, after the death of her partner, the typographer José Rodrigues da Costa, she became one of the main administrators of the printing business, including newspapers. Thus, based on her trajectory, this study aims to investigate her role in directing the periodical O Publicador, which circulated in the second half of the 19th century, as well as her administration as co-owner of the printing press left as an inheritance to her children. To this end, data obtained from the following sources will be cross-referenced: newspapers, baptismal and death records, and court proceedings. The theoretical framework used deals with the presence of women in the 19th-century press, based on studies of Cultural History, Women, and the Press. The research of Constância Duarte (2017), Socorro Barbosa (2009), e Thayná Peixoto (2023), who use printed materials as a source and/or object of study, is of great use.

Keywords: Women. The press. 19th century.

Introdução

Falar de gente negra, escravizada, atuando no espaço que por muito tempo foi dominado pela gente branca, livre e masculina, é um exercício historiográfico que demanda uma metodologia específica. Isso porque quando se trata de fontes relacionadas às pessoas negras, sobretudo mulheres, a escassez e a dispersão de fragmentos sobre suas trajetórias de vida tomam conta da pesquisa. Por um longo tempo, suas experiências de vida foram transformadas em "aspectos de existência ofuscados pelo trabalho compulsório" (Davis, 2016: 19). Existindo em tal zona do não ser (Fanon, 2020). Neste caso, as experiências vivenciadas por Joanna foram localizadas em um ambiente público por fazer parte do corpo editorial e administrativo de uma empresa onde eram produzidos diversos impressos, sobretudo, jornais.

Para acessar sua história de vida, adotou-se como procedimento metodológico a análise de diferentes fontes. Nos jornais da Paraíba, seu nome circulou no periódico *O Publicador* (1864-1889) e em *O Estado da Parahyba* (1891). Ambos eram impressos na Typografia dos Herdeiros de José Rodrigues da Costa. No primeiro, ela atuou de forma ativa em questões administrativas do jornal, como cobrar ao Tesouro Provincial pelo pagamento das publicações que fazia para o governo vigente da época. Já no segundo, foi descrita como co-proprietária da empresa herdada por seus filhos no anúncio de seu falecimento, ocorrido em 1891.

Por meio de documentos religiosos, especificamente o registro de óbito, foi possível identificar seu ano de nascimento, a causa de sua morte e a ajuda que recebeu da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês no pós-morte. Esta irmandade direcionava favores e era formada por pessoas pardas. Seu filho Francisco Godinho também recebeu auxílio da referida irmandade nos preparativos para o enterro. Este é um indício de que Joanna poderia pertencer ao grupo de mulheres de cor assistencializadas por uma irmandade religiosa na Cidade da Parahyba[1].

Mas sobre sua condição jurídica, apagada da redação dos periódicos que imprimia na tipografia e também no registro de óbito, o processo para continuar como tutora dos seus filhos e dos bens que herdaram após o falecimento de José Rodrigues da Costa é uma pista da posição que ela ocupava na sociedade paraibana, quando vivia

[1] Cidade da Parahyba era como chamava-se o que hoje conhecemos por João Pessoa – capital do Estado da Paraíba. O Estado da Paraíba era denominado no século XIX como Província da Parahyba do Norte.

como propriedade de uma senhora de escravizados. Até completar entre 19 e 22 anos Joanna foi considerada uma pessoa escrava. Sua filha Calecina Rodrigues da Costa também nasceu nesta mesma condição, sendo alforriada no dia seguinte ao nascimento.

Dessa forma, pode-se notar a dispersão de fontes comentada anteriormente sobre os fragmentos de vida de uma pessoa como Joanna. Cada tipo de documento revela um aspecto de sua trajetória e atuação como uma mulher liberta que conseguiu adentrar e permanecer por mais de 40 anos no universo dos letrados. E não é qualquer espaço de letramento, haja vista que a tipografia no século XIX era lugar de encontro não somente daqueles que lá trabalharam, mas de outras pessoas que passaram por lá para entregar informes, cartas e demais escritos para composição e, em seguida, impressão.

Ademais, a leitura bibliográfica também integra o arsenal de fontes. No livro *A Typografia do Beco da Misericórdia*, publicado em 1978, o autor e memorialista Eduardo Martins discorre sobre o fundador e algumas das pessoas que trabalharam nesta empresa. Também menciona quais eram os impressos produzidos. Mais de 30 anos depois, a dissertação intitulada *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Parahyba do Norte*, de Thayná Peixoto (2017) traria novamente à cena historiográfica os trabalhos desenvolvidos pelo fundador da tipografia (que levava seu nome) e também criador do primeiro jornal a circular de forma diária na Cidade da Parahyba, ao qual denominou como *O Publicador*. Nas duas obras, Joanna é citada como companheira do tipógrafo José, bem como tutora dos filhos entre os anos 1866 a 1873. Todavia, não foram esses os papéis que a fizeram ter destaque em seu tempo. Ela exerceu papel importante na condução dos negócios impressos como administradora da tipografia. Por isso, é necessário visibilizar sua experiência como uma mulher liberta, nordestina[2] e letrada.

Como referencial teórico-metodológico foram utilizados estudos de autores ligados ao campo da História Cultural e da história das Mulheres na Imprensa. A começar pelo roteiro de análise da imprensa periódica indicado por Heloisa Cruz e Maria Peixoto: *Na oficina o historiador: conversas sobre história e imprensa* (Cruz; Peixoto, 2007), em que demarcam os processos de identificação do periódico, seu projeto gráfico e editorial.

[2] A Parahyba do Norte fazia parte das "Províncias do Norte" no período do século XIX. Assim, a opção pelo uso do termo "Nordestina" não se refere à nomenclatura da região no referido período, mas faz parte de uma escolha para aproximar e visibilizar as experiências de mulheres fora da concentração das pesquisas nas atuais regiões Sul e Sudeste.

Heloisa Cruz e Maria Peixoto (2007) alertam para o fato do/a historiador/a analisar a materialidade dos jornais a partir de três pontos principais: a identificação do periódico (por meio do qual identifica-se o título, subtítulo, datas-limites da publicação, periodicidade, local de venda, preço e classificação na instituição); o projeto gráfico (que se refere à diagramação, capa, quantidade de páginas por edição, quais e quantas seções, colunas e artigos); e o projeto editorial (ao analisar o projeto editorial, procura-se pelos objetivos e público alvo ao qual o jornal está destinado, as redes de contato e os posicionamentos políticos que envolvem os bastidores da redação do impresso). Estes pontos discutidos pelas autoras foram investigados e por meio deles foi possível localizar a atuação de Joanna Maria do Rozario Costa na atividade tipográfica.

Outrossim, há estudos realizados na Paraíba e em diferentes localidades do Brasil acerca da presença das mulheres nos impressos, como dos autores: Fernanda Benzerril (2013), que reúne as mulheres publicistas nos jornais do Norte brasileiro em sua pesquisa; Elaine Dias (2011), que trabalha com a representação da mulher escravizada nos anúncios de jornais da Paraíba; além de Constância Duarte (2017); Thayná Peixoto (2017; 2023); Eduardo Martins (1978), entre outros, que também fazem uso dos jornais como fonte e objeto de estudo. Estes trabalhos trataram de discutir sobre as dinâmicas do mercado editorial não só da província paraibana, como também de outras localidades do império brasileiro. São pesquisas que ajudam na compreensão do contexto histórico-social em que Joanna esteve imersa na Cidade da Parahyba e apontam para o caráter excepcional de sua experiência enquanto uma mulher negra, liberta a conduzir a produção e venda de periódicos.

O artigo está dividido em três seções: a primeira discute a ausência e a recente inclusão sobre a presença das mulheres exercendo ofícios no mundo dos impressos a partir da perspectiva historiográfica. Na segunda seção, a trajetória de Joanna Maria do Rozario é destacada como o fio condutor para discutir a atuação de mulheres e/ou mulheres forras nordestinas na produção de impressos. Por fim, na terceira e última seção será analisado o jornal em que Joanna exerceu o papel de co-proprietária e administradora. Por fim, serão apresentadas as considerações acerca do estudo sobre as experiências históricas protagonizadas pela tipógrafa paraibana.

Mulheres na imprensa oitocentista e mulheres na historiografia

Joanna faz parte de um conjunto de mulheres as quais devem ser reconhecidas também como sujeitos constituídas de historicidade. A sua experiência de vida é parte dos debates vinculados à defesa de direitos, mas também ao reconhecimento, validade e valorização de sua atuação na vida pública. Neste sentido, Diva Muniz destaca que "escrever a História das Mulheres, reconhecer sua historicidade, atende à carência de todo ser humano de localizar-se em seu tempo" (Muniz, 2018: 148). A autora destaca duas mudanças principais que contribuíram com o campo de estudos da História das Mulheres no Brasil: a primeira teria ocorrido por volta da década de 1980 – momento em que foram produzidos trabalhos no sentido de discutir a exclusão das mulheres na escrita da História. A segunda grande mudança data do início do século XXI. Dos anos 2000 para cá, os trabalhos protagonizam suas trajetórias, ao desafiar o caráter secundário como temática de pesquisa. Da invisibilidade, são elevadas a categoria principal de análise.

Quando se pensa em História das Mulheres na Imprensa, algumas obras devem fazer parte da lista de leituras prioritárias, pois se tornaram fundamentais para a compreensão deste campo de estudos. É o caso, por exemplo, do livro organizado por Constância Lima Duarte, intitulado *Imprensa feminina e feminista no Brasil – século XIX, Dicionário Ilustrado*, publicado em 2017. Trata-se de uma extensa busca por jornais dirigidos ou destinados ao público feminino e compilado em formato de dicionário ilustrado, pois além de informações sobre os jornais, tipógrafas, redatoras, editoras, há imagens do suporte impresso, quando possível.

São exemplos de mulheres citadas por Constância Duarte (2017) na condução do jornalismo oitocentista: Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que foi criadora e redatora do jornal carioca *A Primavera* (1880); Maria Augusta Generoso Estrella, junto com sua colega Josepha Agueda, fundaram nos Estados Unidos o jornal chamado *A Mulher*, no período em que lá estudavam no final dos anos 1870; Pórcia Constância de Mello, que atuou entre 1888 e 1890, em Recife (PE). Exerceu atividades como Professora, dirigiu a Tipografia Dona Pórcia Constância e foi a responsável pelas edições do jornal *A República*, *A Rosa* e *O Larousse*, órgão do Partido Católico e da Sociedade de Homens de Letras (1890); Narcisa Amália, outro nome importante para a História das Mulheres na Imprensa. Ela praticou a escrita poética, era jornalista e

defendia o abolicionismo. Considerada a primeira jornalista profissional brasileira. Traduziu pequenos textos para os periódicos *Astro Resendense*, o *Monitor Campista* e o *Correio Fluminense.* Em 1872 publicou seu primeiro livro de poemas intitulado *Nebulosas*.

Em 2023, Constância Lima Duarte publicou o II volume do *Dicionário Ilustrado*, desta vez para visibilizar a presença das mulheres na imprensa feminina e feminista do século XX. Além de jornais, as revistas ganham mais destaque em sua obra, como *Fon-Fon!* (1907-1958); *A Cigarra* (1914-1975); *A Vida de Minas* (1915); *Revista da Semana* (1916-1955); *O Futuro das Moças* (1917-1918) entre outras. O principal conteúdo divulgado por estas revistas girava em torno de questões sobre o corpo feminino, moda e vida doméstica. Assim, verificava-se matérias discutindo produtos para tratamento de beleza, a inclusão de imagens representando figuras femininas, conselhos para as jovens e as senhoras de como se vestir, bem como lições que se deveria ter com o cuidado da casa e família.

Uma outra perspectiva poderia ser encontrada em periódicos subversivos, estes lutavam pela causa feminista, a exemplo do jornal *Voz feminina* (1900-1901) – redigido por Clélia, Zélia e Nícia Corrêa Rabello, na cidade de Diamantina, em Minas Gerais. As responsáveis pelo impresso "discutiam política e defendiam a igualdade entre mulheres e homens, principalmente no que se referia à educação e ao sufrágio" (Duarte, 2023: 26). Ainda na primeira metade do século XX, outro jornal importante para a presença do feminismo brasileiro, denominado *Tribuna Feminina* (1917-1924) tratou de divulgar as ações de um grupo composto por 27 mulheres que exigiam ser reconhecidas como cidadãs. Elas fizeram parte do Partido Republicano Feminino. O impresso servia como o meio de comunicação mais viável naquele período para fazer circular os ideais de emancipação das mulheres.

Em 2022, Constância Duarte organizou a coletânea sobre a história de mulheres brasileiras esquecidas pela história, na qual o título principal é *Memorial do Memoricídio*. Este é apenas o primeiro volume e o recorte escolhido é bem amplo. Há verbetes biográficos de escritoras do século XVIII (Teresa Margarida da Silva e Horto, Bárbara Heliodora, Beatriz Brandão), século XIX (Nísia Floresta, Joana Manso, Alba Valdez, Gilka Machado) e século XX (Henriqueta Lisboa, Antonieta de Barros,

Carolina Maria de Jesus)[3]. Ao explicar o uso do termo "memoricído" no título da obra, Constância Duarte justifica que:

> Chegamos ao cerne do problema: aquelas que ousaram exibir o brilho de seu intelecto e romperam os limites impostos pelo poder patriarcal, publicando livros e fundando jornais, tornaram-se depois ilustres desconhecidas porque foram sistematicamente alijadas da memória e do arquivo oficial. Foram – em outras palavras – vítimas de memoricídio, conceito que designa o assassinato da memória e de uma cultura [...] No caso das mulheres, memoricídio pode também designar o processo de opressão e negação da sua participação ao longo da história, pois, ao eliminar a memória de luta e resistência ao patriarcado, a História impôs o silêncio e a invisibilidade às pioneiras, registrando apenas a timidez e o confinamento dos jovens oitocentistas ao lar, como a sugerir que as mulheres brancas não tiveram vida pública antes do século XX (Duarte, 2022: 16).

O acesso ao letramento fez com que estas mulheres conseguissem transitar na cultura impressa, não somente como consumidoras, mas também no papel de produtora do conteúdo que saía dos prelos. "A leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados" (Duarte, 2017: 14). Sobre a instrução de mulheres, os periódicos podem ser considerados um dos meios não formais de espaço de educação. De acordo com Mônica Jinzenji, "a imprensa periódica, vista como agente da história e não simplesmente como registro dela, comporta vários sentidos específicos [...]" (Jinzenji, 2010: 22). O redator de *O Mentor das Brasileiras*, por exemplo, justificava a existência do jornal pelo seu caráter de educar as leitoras mulheres e incutir valores morais ou "virtuosos".

No livro *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*, Mônica Yumi Jinzenji discute o caráter educativo dos jornais e a produção da mulher virtuosa e patriota. Para a autora, "o esforço de definir a mulher virtuosa era acompanhado da defesa de certas qualidades como castidade, moderação, instrução, patriotismo, gosto pelo trabalho e a crítica a outras, como o luxo, a vaidade, o ócio" (Jinzenji, 2010: 173). Assim, a ideia veiculada nos jornais sobre a cidadania virtuosa, endereçada

[3] Estes nomes são apenas alguns das mulheres mencionadas no Dicionário.

principalmente às mulheres, esteve relacionada a conotação religiosa associada ao ser virtuoso e a ideia de civismo.

Em *Da feminilidade oitocentista*, escrito por Elisa Maria Verona (2013), é discutido o outro lugar possível às mulheres no ambiente urbano. No contexto vivenciado a partir das mudanças "modernizantes" ocorridas durante o reinado de D. Pedro II, as mulheres puderam desempenhar novos papéis sociais. Escravizadas, mulheres livres e pobres eram presença frequente nas ruas desde o período colonial, onde podiam ser vistas exercendo atividades de trabalho. Mulheres brancas, escreviam, editavam livros e jornais, também atuavam, eram professoras, proprietárias de variados tipos de lojas comerciais.

Na dissertação *Vitrine De Papel: As Mulheres No Periódico Paraibano O Publicador (1864-1869),* defendida por Aldenize Ladislau (2022), identificou-se que na Cidade da Parahyba, como era chamada a então capital da província paraibana, mulheres praticavam diferentes ofícios na cena pública. No jornal *O Publicador* foram localizadas oito atrizes mencionadas nos anúncios das peças de teatro apresentadas entre os anos 1864-1869, são elas: Olimpia Augusta de Oliveira, Clelia de Carvalho, Emilia Bernardina de Pontes, Virginia, Maria da Gloria, D. Leopoldina, D. Eugênia Camara e D. Jesuina.

Segundo Aldenize Ladislau, "a presença feminina no *O Publicador* tem mais visibilidade na seção de anúncios, lugar de divulgação da oferta de trabalhos e promotora de negociações envolvendo a venda, compra ou aluguel de bens materiais" (Ladislau, 2022: 65). Elas também estavam presentes na luta pelo fim da escravidão. Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso presidiu a Sociedade Caridade de São João Evangelista em 1864 – considerada a primeira instituição abolicionista da Cidade da Parahyba. Esta sociedade concedia, por meio de alianças tecidas com e entre os sócios, a carta de alforria aos cativos, bem como auxílio às pessoas desamparadas, como os órfãos. Entre os sócios havia a participação de mulheres:

> A associação aceitava entre seus sócios homens e mulheres de outras províncias e países. Em uma de suas publicações, aparece uma lista dos sócios instaladores da Sociedade na Parahyba, entre os nomes destacam-se as mulheres paraibanas, incluindo a fundadora: 1- Anna Paulina Rodrigues Chaves; 2- D. Maria Francisca de Moura Reis; 3- Anna Alexandrina de Lima Mindello; 4- Anna Genoveva Rodrigues da Silva; 5- Maria Barbara Gomes

> de Souza Gayoso; 6- Clementina Gomes de Sousa Shalders; 7- Luiza Gomes de Souza (Ladislau, 2022: 119)[4].

Em relação às mulheres escravizadas, a imprensa visibilizou sua força de trabalho enquanto uma propriedade de senhores e senhoras escravocratas. Seus nomes são descritos em anúncios de fuga, venda ou aluguel. Importante notar que, especificamente neste mesmo jornal, onde eram publicadas matérias sobre a venda de pessoas cativas, havia três mulheres trabalhando em sua impressão. Duas delas alforriadas e proprietárias da folha e da tipografia. Mãe e filha: Joanna Maria do Rozario Costa e Calecina Rodrigues da Costa. A terceira mulher é Elysia dos Anjos Rodrigues da Costa, filha e irmã das libertas. Ela nasceu livre porque, provavelmente, sua mãe Joanna vivia na condição de pessoa liberta quando de seu nascimento em 1850. Mas como foi possível uma mulher que por anos foi propriedade de outra pessoa se tornar uma tipógrafa na Parahyba do Norte?

Joanna Maria do Rozario Costa: uma tipógrafa nordestina

Em 1847 Joanna Maria do Rozario possuía 19 anos quando deu à luz a sua primeira filha a quem chamou de Calecina Rodrigues da Costa. Calecina foi descrita no assentamento de batismo como uma "parvula parda", "filha da escravizada Joanna" e "alforriada no dia seguinte ao seu nascimento" (Autoamento de Petição, 1873). Na folha de batismo não foi revelada a identidade do pai. Contudo, a partir do cruzamento entre as fontes, matérias publicadas em jornais que circularam no ano de 1866 mencionaram a vinculação entre José Rodrigues da Costa e Joanna Maria do Rozario. Este foi o ano em que José faleceu e as notícias sobre sua morte citavam os filhos que teve em vida com a companheira Joanna:

> Callecina Rodrigues da Costa, Elysia dos Anjos Rodrigues da Costa, e José Rodrigues da Costa, penhorados da mais profunda gratidão para com todas as pessoas, que se dignaram assistir à encommendação e acompanhar ao cemiterio os espolios mortaes de seu, sempre com dor lembrado **pai José Rodrigues da Costa**, lhes agradecem com reconhecimento, e rogam ás mesmas, o obsequio de praticarem o acto de caridade de assistir ás missas,

[4] Foi mantida a grafia utilizada no período do século XIX em todas as citações documentais deste artigo.

> que na igreja da Misericordia pretendem mandar celebrar no dia quinta feira 15 do corrente ás 6 horas da manha pelo repouso eterno do mesmo finado. Aos amigos e parentes de seu dito finado pai dirigem os mesmos agradecimentos, e rogam igual caridade. Parabyba 12 de novembro de 1866 (*O Publicador*, 1866, n. 1253, p. 4. Grifos meus).

José Rodrigues da Costa foi o fundador da Tipografia que levava o seu nome, bem como responsável por criar o diário *O Publicador* em 1862. Quando conheceu Joanna Maria do Rozario, ela ainda vivia sob a condição de mulher escravizada. Sua proprietária era a senhora Dona Francisca Maria do Espirito Santo. Portanto, em se tratando de condições socioeconômicas, temos a seguinte ambientação: na década de 1840 um homem branco e livre encontrava uma mulher escravizada vendendo seus quitutes[5] nas ruas da Cidade da Parahyba. Ele um tipógrafo, dono dos meios de produção de impressos – jornais, livros, boletins. Juntos seriam os pais de Calecina Rodrigues da Costa (1847-?), Elysia dos Anjos Rodrigues da Costa (1850 - entre 1865-1866); José Rodrigues da Costa Junior (1854-?); Francisca Rodrigues da Costa (1857-?); Francisco Rodrigues Godinho (1860-1865); Julia Austriberta Rodrigues da Costa (1865-?) e Joana Ignacia Rodrigues da Costa (1866-?).

É importante destacar que apenas Calecina nasce na condição de escravizada herdada pela via materna. Os demais filhos nascem como pessoas livres. Provavelmente, Joanna teria conseguido sua Carta de Alforria quando possuía entre 19 e 22 anos, antes do nascimento de sua segunda filha chamada Elysia. Dessa forma, a sua aproximação e a manutenção de uma relação conjugal (não sacramentada pela Igreja Católica) com um homem branco, livre e proprietário de um meio de comunicação poderoso como a tipografia, deve ter sido fundamental para a conquista da alforria. Ainda não foi encontrado nenhum documento que detalhe a forma como ela obteve a liberdade. São os registros de batismo de suas duas filhas mais velhas que a descrevem primeiro como escravizada e, na segunda maternidade, como uma liberta.

Foram, portanto, pelo menos 19 anos vivendo experiências como propriedade de outra pessoa. A condição de escravizada de Joanna pode ter influenciado na forma como adquiriu o conhecimento das primeiras letras. Na Parahyba do Norte, a presença de negros e/ou escravizados na instrução pública chegou a ser proibida pelo Regulamento

[5] Segundo Peixoto (2017), acredita-se que Joanna Maria do Rozario Costa possa ter sido uma "escrava de ganho".

da Instrução Pública de 1852, ao decretar que: "nas aulas publicas não são admittidos os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam libertos ou livres, e os não vaccinados" (Parahyba do Norte, Regulamento da Instrução Pública, 1852).

Em janeiro de 1860, um novo regulamento ampliava a proibição da oferta de instrução aos escravos, legislando não apenas sobre a instrução pública, como também secundária e particular. Chama atenção a proibição atingir aos escravizados que conseguiram a alforria, condição apresentada neste período por Joanna Maria do Rozario e Calecina. Surya Aarnovich Pombo de Barros argumenta que "pesquisas vêm destacando a existência de escravos e ex-escravos letrados em diferentes províncias, desde o período colonial, o que indica que as leis imperiais estavam regulando (ou tentando regular) práticas já existentes" (Barros, 2017: 70).

Na obra *Escravos e o Mundo da Comunicação: Oralidade, Leitura e Escrita no Século XIX*, publicada por Marialva Barbosa em 2016, há vários exemplos e indícios do letramento de pessoas escravizadas. A autora analisa os processos comunicacionais a partir da circulação de impressos, sob a forma de cartas, bilhetes, inventários, procurações, entendidos por ela enquanto material da "escrita do cotidiano". Para Barbosa:

> Muitos, entretanto, mesmo sem saber manejar os códigos escritos, eram letrados: sabiam contar; eram capazes de exercer o ofício de carpinteiro e pedreiro, para os quais é indispensável o conhecimento dos códigos numéricos; podiam ser mestres chapeleiros; exerciam o ofício de vendedores; impressores; enfim, diversas profissões para as quais os códigos letrados são fundamentais. Mesmo que não conheciam as letras fixadas em suportes duradouros sabiam a sua importância: afinal, o que lhes concedia a liberdade era uma carta plena de inscrições [...] Através de vestígios múltiplos que o passado deixou inscritos no presente, pode-se remontar a relação dos escravos com o mundo da leitura e da impressão no século XIX (Barbosa, 2016: 15).

Por meios diversos, como ter convívio com pessoas alfabetizadas, participar das rodas de leitura, samba, revoltas, e afazeres diários da cozinha de uma casa, os cativos e cativas puderam acessar os códigos de letramento daquela sociedade (Ladislau, Rodrigues, 2025). Na Parahyba do Norte foram encontrados os seguintes indícios de letramento de pessoas escravizadas: "Annucio. Fugio no dia 3 de fevereiro do corrente

anno o escravo Domingos, cabra, de idade de 22 annos [...] *O dito escravo toca viola e canta em sambas*" (*O Liberal Parahybano*, n. 00038, p. 4, 1879. Grifos meus); "Annuncios. Tendo fugido da casa do abaixo assignado no dia 4 do corrente as onze horas do dia, um menino de idade de 15 annos, de nome José Lourenço da Rocha, de côr preta, cabelos carapinhos, sêcco do corpo, *sabe ler e escrever*", (*O Publicador*, n. 00850, p. 4, 1865. Grifos meus). E apesar de raro, há indícios do gênero feminino também: "Anuncio Mulher que *saiba comprar e cosinhar o diário* de uma casa (*O Publicador*, n. 01239, p. 4, 1866. Grifos meus). "Annuncios. Manoel José Baptista, declara que não se responsabiliza por qualquer *divida contrahida por sua escrava, e previne ainda mais que só se confie nos mesmos bilhetes, quem tiver perfeito conhecimento da lettra*" (*A Regeneração*, n. 00030, p. 4, 1861. Grifos meus).

Estes anúncios mencionados acima formam um conjunto de indícios acerca de escravizados/as acessando o universo dos letrados. São práticas que contradizem o que era posto por legislações que foram acionadas no governo vigente da Parahyba do Norte para, de alguma forma, proibir a presença destas pessoas no espaço da instrução pública. No entanto, emergiam outros ambientes favoráveis para o letramento de escravizados/as. O próprio jornal se tornou suporte para o aprendizado da leitura. As aulas particulares em casas de professores ou na moradia dos proprietários seriam os outros ambientes descompromissados de seguir legislações contrárias ao letramento dos cativos.

Teria Joanna Maria do Rozario adquirido o conhecimento das primeiras letras por meio de aulas particulares? Estas supostas aulas aconteciam em sua casa, na casa de sua proprietária? Ou ela só foi ter o conhecimento da leitura e escrita após contrair relacionamento afetivo com José Rodrigues da Costa – o pai de seus filhos? Aliás, por viver em um ambiente em que se praticava trabalho intelectual, como o de produção de livros e jornais, Joanna teria acesso ao letramento "refinado", por poder conhecer os processos de escrita, composição, impressão e venda dos impressos.

Em 1866 seu companheiro José Rodrigues da Costa falece e deixa a tipografia e o jornal *O Publicador* como os principais bens de herança para os filhos. Entretanto, como ainda nenhum deles naquele momento alcançava a idade de 21 anos (como estabelecia o Juíz de Órfãos), a responsabilidade de zelar pela vida e os bens dos herdeiros ficou sob responsabilidade de Joanna por meio do processo de tutoria. O Juizado de Órfãos caracterizava-se como instituição jurídica com a função de

"regulamentar a proteção, administração própria e dos bens dos menores, primeiramente até os 25 anos de idade, e após a resolução de 31 de outubro de 1831, passa a ter o limite de 21 anos" (Cardozo; Fleck; Scott, 2011: 13).

Além de ser a responsável por enviar requerimentos ao tesoureiro da província relativos aos pagamentos das publicações oficiais no periódico que produzia, uma outra matéria revela as ações de Joanna na tomada de decisões como a então provedora da família. A publicação informa equívocos envolvendo os herdeiros de José R. da Costa:

> *Joanna Maria do Rosario Costa, avisa aos donos de estabelecimentos commerciaes d'esta praça*, que, qualquer objecto que d'esta data em diante mandar comprar para *sua casa* será pedido por *documento de seu proprio punho*, que será devolvido juntamente com a conta quando lhe fôr apresentada para ser devidamente paga, não se responsabilisando por conta alguma que não vier documentada. Outrosim, previne aos Srs. pharmaceuticos que, de ora em diante as receitas medicas que enviar aos seos estabelecimentos para serem aviadas, *irão competentemente assignadas com o seu nome*, e aquellas que não forem não as aviem por não lhe pertencerem. A acima mencionada faz esta declaração por haver pago ao Sr. Antonio Thomaz a importancia de umas receitas que se achavão em seu estabelecimento em nome dos herdeiros de José Rodrigues da Costa, cujas receitas forão procedentes da casa da Sr.ª Carolina. Visto, pois, esta celebridade**,** *a mesma resolveu fazer o presente. Parahyba 13 de abril de 1869* (*O Publicador*, 1869, n. 1961, p. 3).

Por duas vezes ela declara o grau de letramento que possuía, visto que afirma assinar documentos de "próprio punho", revelando assim seu conhecimento de primeiras letras (saber ler, escrever, contar).

Na imprensa o nome de Joanna foi localizado sendo citado pela última vez no periódico *O Estado da Parahyba*, em fevereiro de 1891. Ao noticiar o falecimento desta, a redação do jornal a descreve como "co-proprietaria" – papel até então ofuscado na historiografia paraibana que destacou a figura do pai e dos/as filhos/as, "esquecendo-se" da presença da viúva alforriada na condução dos trabalhos tipográficos:

> D. Jonana Maria do Rosario Costa. Falleceu ante-hontem pela manhã, na edade de 63 annos. victima de antigos padecimentos, a virtuosa senhora cujo

> nome encima estas linhas. *Sendo uma das co-proprietarias da oficina em que ora se imprime a nossa folha* hem se comprehendo quanto devemos sentir o seu infausto passamento, que veio encher de cruciante dor o coração dos seus- dignos filhos, nossos intelligentes empregados. A sua familia pois, apresentamos sinceras condolencias, com especialidade a Exm.ª Sr.ª D. Calecina Rodrigues da Costa. distincta administradora da nossa officina (*O Estado da Parahyba*, 1891, n. 168, p. 2. Grifos meus).

Outros exemplos podem ser citados sobre a presença de viúvas oitocentistas na condução do comércio editorial. O caso da viúva Roma na província de Pernambuco é um deles. "Com a morte de Luiz Roma, a tipografia passou a ser chamada 'Typ. da Viuva Roma e Filhos' ou 'Typographia Imparcial da Viúva Roma'. A viúva assumiu a tipografia do marido no período onde se imprimiam panfletos revolucionários" (Todelo Braga, 2019, p. 126). Em contextos internacionais há outros exemplos de mulheres tipógrafas durante o século XIX. Margherita Dall'Aglio (1758-1841): é um nome importante para história das mulheres na imprensa. Em 1808, na itália, ela imprimiu e publicou a edição do *Manual Tipográfico* escrito por seu viúvo Giambattista Bodoni, um dos mais importantes tratados sobre tipografia da época. Após a morte do marido assumiu a direção das oficinas e continuou a atuar como tipógrafa (Usandizaga, 2018).

Outro grande nome quando se fala de mulheres exercendo o ofício de tipógrafa é o de Emily Faithfull (1835-1895), ativista dos direitos das mulheres, editora e gráfica. Publicou seu único romance *Change Upon Change* em 1868, na *Victoria Press*, localizada na cidade de Londres. Por sua vez, Augusta Lewis Troup (1848-1920), sindicalista, tipógrafa e jornalista americana, criou a *Women's Typographical Union* em outubro de 1868, em Nova York, para atuar em favor dos interesses dos associados ligados à tipografia e à impressão.

Sobre mulheres, e mulheres de cor exercendo a escrita nos jornais do século XIX, a historiografia do Brasil aponta a presença atuante de senhoras como: Maria Firmina dos Reis (1825-1917), a mais reconhecida delas, visto que são muitos os trabalhos que a mencionam como referência de uma mulher de cor presente na composição das publicações de periódicos maranhenses.

De acordo com Maria Helena Machado, ela foi "representante de uma prosa abolicionista no Brasil e fundadora da literatura afro-brasileira" (Machado, 2024: 91). Escritora e professora, colaborou no jornalismo maranhense ao publicar romances e

poesias. O romance Úrsula foi publicado em 1859. Os periódicos *A Verdadeira Marmota*, *O Domingo* e *A Imprensa* registraram a presença dos escritos de Maria Firmina dos Reis. Como educadora foi pioneira na criação de uma escola de primeiras letras, mista e gratuita.

Por sua vez, Luciana de Abreu (1847-1880) praticou as atividades de professora e Romancista. Logo após o seu nascimento foi abandonada na Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre, em uma manhã de julho de 1847. Em 20 de dezembro de 1873, na tribuna do Parthenon Literário, entraria para história ao fazer um poderoso discurso sobre a emancipação da mulher. A *Revista Parthenon Literário* produziu a impressão do seu discurso e o fez circular em Porto Alegre.

Auta Henriqueta de Souza (1876-1900), órfã de pai e mãe aos três anos, mudou-se para Recife (PE) onde foi criada pelos avós maternos. Na juventude chegou a namorar o paraibano João Leopoldo da Silva Loureiro. "Sua carreira como poetisa se deu por volta dos 17 anos de idade, quando passou a escrever e declamar seus poemas no Clube do Biscoito, associação que reunia jovens intelectuais" (Cardoso, 2023: 166). Seus poemas foram publicados em vários jornais e revistas do século XIX, bem como circularam em diferentes províncias, a exemplo de *Oásis e Revista* (RN), *A Gazetinha* (PE), *A República*, *A tribuna*, *Oito de Setembro* (RN), *A Mensageira* (SP), e *O Paiz* (RJ). O único livro que escreveu intitulado *Horto* foi publicado em 1900.

Estas mulheres colaboram com a hipótese de que, apesar de serem exceções, foi possível a presença de mulheres escravizadas, negras, livres e também "nordestinas" no processo de produção da circulação da palavra escrita por meio dos impressos no século XIX. Ainda que a trajetória de Joanna Maria do Rozario Costa, como uma viúva proprietária da empresa tipográfica, tenha ficado por muito tempo apagada da historiografia, sua história deve ser visibilizada, debatida e ampliada pela e para a sociedade.

Jornal *O Publicador*

Figura 1 – Configuração de *O Publicador*



O PUBLICADOR.

ANNO V.—1866. SABBADO 15 DE DEZEMBRO NUMERO 1280.

ANNUNCIO DO PUBLICADOR.

Pede-se aos Srs. assignantes que se esquecerão de pagar as suas assignaturas, virem quanto antes a esta typographia satisfazel-as até hoje 15 do corrente mez, do contrario se lhes suspenderá a entrega deste jornal.

PARTE OFFICIAL.

Fonte: *O Publicador*, 1866, n. 1280, p. 1.

A imagem acima trata-se da primeira página do jornal *O Publicador*, veiculada em 15 de dezembro de 1866, sob a então recente direção de Joanna Maria do Rozario Costa. A atuação de Joanna Maria do Rozario no universo tipográfico esteve intimamente ligada à produção de diversos jornais, sobretudo, ao *O Publicador*. Fundado pelo pai de seus filhos em 1862, este jornal foi pioneiro da circulação diária na década de 1860. Teve como um dos principais redatores o Padre Lindolfo José Correia das Neves[6]. Desde o início de sua circulação, o tipógrafo José Rodrigues da Costa

[6] Jornalista, Padre, Advogado, Deputado Provincial, Presidente da Câmara Provincial e Geral (representante da Parahyba na Corte), Secretário de Governo, Procurador Geral da Tesouraria da Fazenda, Professor de Filosofia e Álgebra do Lyceu Paraibano. Sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Olinda, Membro da Sociedade Auxiliadora do Instituto Nacional; agraciado com a Comenda da Ordem Imperial da Rosa, em 21 de março de 1860. Escreveu os livros: *Jesus Cristo e os filósofos*; *A vida humana*; *O plágio* e *Ensaios filosóficos*. Fonte: Disponível em: https://aplpb.com.br/cadeira-no-28/ Acesso em: 05/01/2026; (Barbosa, 2009: 109); (*O Publicador*, 1867, n. 1320, p. 1); (*O Publicador*, 1867, n. 1371, p. 3); (O *Publicador*, 1868, n. 1645, p. 1); (*Jornal do Recife*, 1879, n. 152, p. 2).

conseguiu torná-lo um jornal oficial do governo vigente. Assim, *O Publicador* se consolidou por cerca de três décadas como um jornal diário e o único presente na Cidade da Parahyba a divulgar (oficialmente) os informes administrativos da cidade.

Até outubro de 1866, ao que foi possível constatar nas fontes, *O Publicador* foi produzido por mãos predominantemente masculina, branca e livre. Após o falecimento do dono do jornal, este cenário muda. As herdeiras principais passam a ser três mulheres, a sua companheira Joanna Maria do Rozario Costa (alforriada entre os seus 19 e 22 anos), e as filhas Calecina Rodrigues da Costa (mulher descrita como parda e alforriada no dia seguinte ao seu nascimento), Elysia dos Anjos Rodrigues Rodrigues da Costa (descrita como mulher parda e livre). Elas seguiram na direção do jornal até o fim de sua circulação, que veio acontecer no ano de 1886.

Portanto, *O Publicador* circulou por cerca de 24 anos na Capital, de 1862 até 1886. De acordo com Thayná Peixoto, "foi um dos jornais que permaneceu mais tempo em atividade na Paraíba imperial. Teve como proprietário o tipógrafo José Rodrigues da Costa e, posteriormente, passou para as mãos dos seus herdeiros" (Peixoto, 2017: 17). As edições utilizadas nesta pesquisa foram encontradas na Hemeroteca Digital localizada no *site* da Biblioteca Nacional Digital do Brasil, onde há edições dos anos entre 1864 a 1869. Dessa forma, não foi possível trabalhar as décadas de 1870 e 1880 a partir de edições do próprio *O Publicador*, pois a existência das páginas deste período são desconhecidas nos acervos consultados. Entretanto, há outros jornais que circulavam durante estas três décadas que mencionam notícias relacionadas ao periódico e as pessoas que lá trabalhavam. Assim, é possível encontrar indícios da permanência de Joanna na condução da Tipografia dos Herdeiros de José Rodrigues da Costa e no jornal *O Publicador* por meio das notícias que circulavam nestes outros jornais.

Desde a sua criação de *O Publicador*, em 1862, publicava-se diariamente à custa de 1$000 rs por mês. Os anúncios dos assinantes eram pagos a 40$ rs por linha, e 100$ rs a quem não fosse assinante. A partir da edição n. 547 do ano de 1864, este valor passa a ser cobrado por trimestre, ao custo de 3$000 rs até o ano de fechamento do periódico. A configuração deste impresso é dividida em quatro páginas e três colunas em cada edição (Peixoto, 2023).

A configuração e os valores de assinatura no jornal *O Publicador* não sofreu grande alteração após a presença das mulheres na direção dos jornais. Inclusive, os nomes delas, principalmente o de Joanna, não foi mencionado em nenhuma matéria da

década de 1860 como a proprietária do jornal. Houve um certo silenciamento de gênero e de cor dessas mulheres no que se refere a atuação como tipógrafas e como mulheres que exerciam atividades importantes como editoras e compositoras de impressos.

Considerações Finais

A Paraíba amarga uma ausência na historiografia em que os sujeitos históricos pertencentes ao gênero feminino pouco e, em algumas obras, não aparecem de forma alguma no exercício de atividades ligadas ao campo da produção de impressos. Exemplos desse silenciamento podem ser constatados no livro "*Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX, dicionário ilustrado*", publicado em 2017 e organizado por Constância Lima Duarte. Neste precioso trabalho, há a indicação de que pelo menos 143 jornais circularam no período imperial e estiveram sob a direção ou direcionados às mulheres. Embora a coletânea não tenha mencionado periódicos da Paraíba, havia nesta província, durante a década de 1860, o jornal *A Borboleta: jornal recreativo, jovial e poético* sendo produzido com a finalidade de "distrair as bellas jovens e os amáveis leitores" (*A Borboleta*, 1860, p. 1), além de *O Publicador* e *O Parahybano* (décadas de 1860 a 1890)[7] que foram dirigidos por mulheres negras: Joanna, Calecina e Elysia.

No "*Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade – Biográfico e Ilustrado*" (Brazil; Schumaher, 2000) são mencionadas experiências de mulheres em atividades públicas na Paraíba, mas também não é referenciado o feito das herdeiras de José Rodrigues da Costa que administravam e exerciam o trabalho intelectual na composição da tipografia da família.

A justificativa do silenciamento na perspectiva histórica em torno de mulheres ocupando as páginas de jornais como escritoras, redatoras ou até mesmo proprietárias é dada pela escassez de fontes. O que realmente é um fator presente no caso da Paraíba. No entanto, a metodologia aplicada no sentido de ampliar e confrontar as fontes fez com que um leque de possibilidades se abrisse e fosse possível encontrar a presença atuante de Joanna na imprensa.

Joanna morre um ano antes da venda da tipografia dos herdeiros. Pelo menos se considerarmos a data de encerramento das atividades a partir de 1892. A sua inserção na tipografia é validada oficialmente após o reconhecimento como tutora pelo Juizado de

[7] A *Gazeta da Parahyba* também apresenta referências às leitoras que consumiam o jornal semanalmente.

Órfãos. Ela não foi incluída como uma das herdeiras, apenas os filhos. Mas foi responsável por administrar os bens da prole por cerca de sete anos, oficialmente. Finalizado o tempo que poderia ser a tutora dos filhos, ela permanece administrando os negócios da família. Desse modo, sua trajetória se mostrou duradoura e profícua na direção dos negócios impressos da segunda metade do século XIX.

Referências

A Borboleta, Província da Parahyba, 1860.

A Regeneração, Província da Parahyba, 1861.

ACERVO DA HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acesso em 14 de mar. de 2026.

ASSENTOS DE BATISMO, 1833-1866 - ARQUIVO ECLESIÁSTICO (AEPB)-. Disponível em CD-ROM. *Resultado da Pesquisa do Projeto Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares, coordenado pela Prof. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/NEABI)*. PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011.

AUTOAMENTO DE UMA PETIÇÃO DE TUTORIA DE JOANNA MARIA DO ROSÁRIO COSTA. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Parahyba, 1873.

BARBOSA, Marialva. *Escravos e o mundo da comunicação: oralidade, leitura e escrita no século XIX*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Maud X, 2016.

BARBOSA, Socorro de Fátima. *Pequeno Dicionário dos Escritores/Jornalistas da Paraíba do Século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand.* João Pessoa, 2009.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (século XIX).* Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHER, Maria Aparecida. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade – Biográfico e Ilustrado.* Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2000.

CARDOSO, Maria Lívia Farias. AUTA DE SOUZA: *Poesia afro-feminina no século XIX*. Kwanissa, São Luís, v. 06, n. 14, p. 164-176, jan./jul., 2023.

CARDOZO, Fleck; SCOTT, A. *Juízo dos Órfãos em Porto Alegre*. Revista Justiça e História. Porto Alegre, 04 de jan. 2011. Disponível em: http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/m

emorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1677065x/v9n17n18/O_JUIZO.pdf. Acessado em: 14 jan. 2026.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História*:* Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, *[S. l.]*, v. 35, n. 2, 2009. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221. Acesso em: 12 mar. 2026.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Constância Lima (org.). *Memorial do memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2022.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil – século XIX, Dicionário Ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil – século XX, Dicionário Ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2023.

FANON, Frantz. *A experiência vivida do negro*. In: FANON, Frantz. Pele negra, Máscaras brancas. São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 1-225.

Gazeta da Parahyba, Província da Parahyba, 1889.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras: 1989.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LADISLAU, Aldenize da Silva; RODRIGUES, Israela Helena Alves. *A trajetória de Callecina Rodrigues da Costa: de escravizada à editora, redatora e administradora de periódicos (Parahyba do Norte - 1847-1897)*. In: SANTOS, Amanda Ribeiro ... [et al] (orgs.). Anais da II Jornada de Estudos em História e Literatura (vol. 1) [recurso eletrônico]: "a lingua é minha pátria": narrativas que constroem identidades nacionais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2025, p. 367-379.

LADISLAU, Aldenize. *Vitrine de Papel: as mulheres no periódico paraibano.* O Publicador (1864-1869). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba/UFPB. João Pessoa, 2022.

MACHADO, Maria Helena P. T. *A árvore genealógica de Maria Firmina dos Reis: escravidão, gênero e maternidade*. In: GOMES, Flávio; VIANA, IAMARA (Orgs.). Vidas Impressas*:* intelectuais negras e negros na escravidão e na liberdade. – 1ª Edição, São Paulo: Selo Negro, 2024.

MUNIZ, Diva. do C. Gontijo. *Sobre História e Historiografia das Mulheres*. Caderno Espaço Feminino, 31(1). v.31, n1, 2018.

O Estado da Parahyba, Província da Parahyba, 1891.

O Liberal Parahybano, Província da Parahyba, 1883; 1884.

O Parahybano, Província da Parahyba, 1892.

O Publicador, Província da Parahyba, 1864-1869.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)*. João Pessoa: Mídia Editora, 2017.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. *O Publicador (1862-1886): circuito de comunicação do primeiro jornal diário da Parahyba do Norte*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG. Belo Horizonte, 2023.

Toledo Braga, Carolina de. *Viuvez e cotidiano das mulheres em meados dos Oitocentos (Pernambuco, 1842-1853)*. Dissertação (mestrado) -Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2019.

USANDIZAGA. *Mulheres e tipografia: anônimas com nome (2018*). Disponível em: https://www.usandizaga.com/design/mujeres-y-tipografia/. Acesso em: 03/08/2025.

VERONA, Elisa Maria. *Da Feminilidade Oitocentista*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.